

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 4/2025 (PROCESSO SEI 6001259/2025-00)

Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e a Caixa Econômica Federal (CAIXA), para fins de implantação dos serviços de interoperabilidade entre o Sistema Processual Judicial Eletrônico instalado na Justiça do Trabalho (Pje), o Portal Jurídico utilizado pela Caixa e o Sistema AGU de Inteligência Jurídica (Sapiens/SUPP), em implementação na CAIXA.

O CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO (CSJT), com sede no Edifício do Tribunal Superior do Trabalho, localizado no endereço SAFS, Quadra 8, conjunto A, Bloco A, 5º Andar, CEP 70070-930, em Brasília/DF, inscrito no CNPJ/MF n.º 17.270.702/0001-98, neste ato representado por seu presidente, Ministro ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA, no uso das atribuições previstas no art. 9º, incisos I e XXXIII, do RICSJT e, de outro, a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CAIXA), inscrita no CNPJ sob o n.º 00.360.305/0001-04, com sede no SBS, Quadra 4, Lotes 3/4, 18º andar, Ed. Matriz I, Brasília/DF, CEP 70070-140, neste ato representada pelo Diretor Jurídico, CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE JENIER, OAB/DF 33.068, endereço eletrônico dijur@caixa.gov.br, celebram o presente acordo de cooperação técnica, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente ACORDO tem como objeto a cooperação técnica entre o CSJT e a CAIXA para implantação dos serviços de interoperabilidade, por meio do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI), entre o Sistema Processual Judicial Eletrônico instalado na Justiça do Trabalho (PJe), o Portal Jurídico utilizado pela CAIXA e o Sistema AGU de Inteligência Jurídica (Sapiens/SUPP), em implementação na CAIXA, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e da Caixa Econômica Federal (CAIXA).

As regras de funcionamento da interoperabilidade constam do Anexo I deste instrumento e integram o objeto deste Acordo.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Os partícipes comprometem-se, no âmbito de suas atribuições, a atuar em colaboração para:

- I assegurar a participação de magistrados, procuradores e servidores nas reuniões de trabalho a serem realizadas sobre o tema atinente ao objeto deste acordo;
- II compartilhar informações necessárias à comunicação entre o Sistema PJe, o Portal Jurídico utilizado pela CAIXA e o Sistema AGU de Inteligência Jurídica (Sapiens/SUPP), em implementação na CAIXA, observadas as diretrizes do Modelo Nacional de Interoperabilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça, e as regras e procedimentos constantes do Anexo I deste instrumento;
- III manter a correspondência entre as versões publicadas e aquelas utilizadas internamente, comunicando a existência de falhas ou modificações efetivadas em seus sistemas que possam impactar na interoperabilidade entre eles;
- IV compartilhar as informações necessárias à evolução dos serviços de interoperabilidade entre o Sistema PJe e o Sistema AGU de Inteligência Jurídica (Sapiens/SUPP);
- V comunicar ao partícipe a existência de lacunas ou falhas nos serviços de interoperabilidade que demandem alterações no Sistema PJe e/ou no Sistema AGU de Inteligência Jurídica (Sapiens/SUPP);
- Inteligência Jurídica (Sapiens/SUPP);
 Acordo de Cooperação Técnica Nº 4/2025 (1157775)
 VI divulgar no âmbito de sua atuação a agenda de implantação dos serviços de

interoperabilidade;

VII - realizar treinamentos de magistrados, procuradores e servidores para multiplicar informações relevantes acerca do funcionamento dos serviços de interoperabilidade entre o Sistema PJe e o Sistema AGU de Inteligência Jurídica (Sapiens/SUPP);

VIII - preparar e manter infraestrutura própria de Tecnologia da Informação e capacitar seus servidores para garantir a continuidade dos serviços de interoperabilidade;

IX - manter ambiente piloto funcional para testes de novas versões dos serviços de interoperabilidade entre o Sistema PJe e o Sistema AGU de Inteligência Jurídica (Sapiens/SUPP); e

X - comunicar às instâncias pertinentes as ocorrências relativas a defeitos (bugs), atividades e tarefas relacionadas à sustentação dos serviços de interoperabilidade entre o PJe e o Sistema AGU de Inteligência Jurídica (Sapiens/SUPP), de forma a garantir o rápido fluxo de informações entre os partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO ACOMPANHAMENTO

Os partícipes designarão gestores para acompanhar, gerenciar e administrar a execução do presente Acordo, os quais também serão responsáveis pelo cumprimento de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

O presente acordo não envolve a transferência de recursos.

Parágrafo único. As ações dele resultantes que implicarem transferências ou cessão de recursos serão viabilizadas mediante instrumento apropriado.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados por qualquer dos partícipes nas atividades inerentes ao presente acordo não sofrerão alterações na sua vinculação empregatícia e/ou funcional com as instituições de origem, às quais cabe a responsabilidade por todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal e securitária decorrentes.

CÁUSULA SEXTA: DA EFICÁCIA E DA VIGÊNCIA

O presente Acordo entrará em vigor na data de sua assinatura e terá o prazo de vigência de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS ALTERAÇÕES

Este instrumento poderá ser alterado, por mútuo entendimento entre os celebrantes, durante sua vigência, mediante termo aditivo, visando aperfeiçoar a execução dos trabalhos.

CLÁUSULA OITAVA: DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente acordo, será, obrigatoriamente, destacada a colaboração dos celebrantes, observado o disposto no art. 37, § 1º, da Constituição Federal.

CLÁUSULA NONA: DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aplicam-se à execução deste acordo a Lei n.º 14.133/2021, no que couber, os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao CSJT providenciar a publicação deste instrumento e seus aditamentos nos prazos e nas condições dispostas no art. 94 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e as controvérsias do presente ajuste, porventura existentes, poderão ser solucionados por comum acordo entre os partícipes ou submetidos à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Pública Federal, na forma do art. 41 do Decreto $n.^{\circ}$ 11.328, de 1° de janeiro de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Todos os avisos, comunicações e notificações inerentes a este acordo serão feitos por

escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

As operações de tratamento de dados pessoais realizadas por meio das soluções tecnológicas desenvolvidas no escopo deste Acordo observarão as disposições da Lei n^{o} 13.709, de 14 de agosto de 2018.

- § 1º Durante o envio de dados pessoais por meio do PJe, o CSJT enquadra-se na condição de controlador, nos termos do art. 5º, inciso VI, da Lei n.º 13.709/2018.
- § 2º Quando necessário, o CSJT prestará apoio aos gestores do PJe, no atendimento aos direitos dos titulares previstos no art. 18 da Lei n.º 13.709/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA RESCISÃO

Este Acordo poderá ser rescindido por mútuo consentimento ou em virtude de superveniência de impedimento que o torne formal ou materialmente inexequível, ou ainda por conveniência de qualquer um dos PARTÍCIPES, mediante notificação, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, restando a cada qual somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA ADESÃO

O Tribunal Superior do Trabalho e os Tribunais Regionais do Trabalho participarão do presente Acordo de Cooperação Técnica mediante a celebração de termo de adesão, conforme o modelo constante do Anexo II deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

No caso de absoluta impossibilidade da conciliação prevista na **Cláusula Décima Primeira**, à qual é conferida prioridade, elege-se o Foro da Justiça Federal da Circunscrição Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios oriundos deste Instrumento.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Acordo de Cooperação Técnica é assinado eletronicamente pelas partes.

Brasília - DF, data conforme a assinatura eletrônica.

Ministro ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA

Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE JENIER

Diretor Jurídico da Caixa Econômica Federal

ANEXO I

Regras e Procedimentos para o Uso dos Serviços de Interoperabilidade

- 1. Todas as operações de consulta do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) deverão ocorrer com paginação, não podendo ser solicitados mais que 20 documentos por requisição;
- 2. Não é permitida a execução de operações em rajada pelos clientes do MNI, sob pena de indisponibilização da comunicação entre o cliente e o Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe);
- 3. Apenas arquivos PDF/A serão aceitos como formato de documentos a serem enviados ao PJe via MNI;
 - 4. Documentos enviados via MNI não deverão ultrapassar o tamanho de 10MB;
- 5. Em caso de indisponibilidade do MNI, a interface web do Sistema PJe deve ser utilizada para manifestação e consulta processual;
- 6. Eventos de indisponibilidade do MNI não ensejarão mudança de prazo processual de Cooperação Técnica Nº 4/2025 (1157775) SEI 6001259/2025-00 / pg. 3

- 7. O MNI sera acessado pelas credenciais do usuario por meio do login/senha previamente cadastrado no PJe;
- 8. Em toda comunicação via MNI, além das credenciais do usuário, o cliente deverá informar o número de convênio ou CNPJ do órgão conveniado, a fim de identificar o papel do usuário no PJe;
- 9. Em toda comunicação concluída com sucesso, será gerado número de protocolo na resposta;
- 10. Em toda comunicação que tenha finalizado por falha, será gerado um código único de erro na resposta a fim de rastreamento do incidente;
- 11. Em toda operação de entrega de manifestação processual concluída com sucesso será gerado um recibo, o qual conterá número de protocolo (Petição Interlocutória) ou número de processo (Petição Incidental);
- 12. Os documentos entregues devem conter a assinatura digital do usuário utilizado para autenticação nos serviços do MNI;
- 13. Só serão aceitos documentos que contenham apenas uma assinatura digital;
- 14. Todas as operações passam pelos filtros do PJe, que contém um conjunto de regras de acordo com o papel do usuário;
- 15. As operações do MNI são atômicas, significando que, no caso em que um dos documentos entregues em uma manifestação não seja validado (i. e.: assinatura digital diferente do manifestante), toda a operação será desfeita;
- 16. Os processos em segredo de justiça são visualizados apenas por quem faz parte do processo. No caso de procuradoria vinculada a um processo, todos os seus advogados públicos podem visualizá-lo;
- 17. Documentos entregues com solicitação de sigilo estarão sujeitos à apreciação pelo magistrado;
- 18. Apenas são devolvidos no cabeçalho os endereços das partes cadastrados no processo, mesmo que essas tenham mais endereços em seu cadastro;
- 19. O campo idDocumento deve ser formatado pelos clientes do MNI para serem mostrados apenas seus 7 (sete) últimos caracteres. Ao solicitar um documento, porém, o id completo deve ser informado nas operações de consulta;
- 20. Caso um manifestante não cadastrado no processo, ou não fazendo parte da localização cadastrada no processo, tente entregar uma petição, o Pje a tratará como petição avulsa. Nesse caso, será mostrada na aba "Petições Avulsas" em detalhes do processo, da forma que já ocorre atualmente no PJe;
- 21. Os serviços disponíveis no ConsultaPje que ainda não fazem parte oficialmente do MNI poderão ser usados pelos clientes para consulta de classes processuais, assuntos, tipos de documentos, jurisdições, órgãos julgadores e órgãos julgadores colegiados. É importante que esses serviços sejam acessados semanalmente para verificação de alterações;
- 22. Incidentes e/ou dúvidas identificados pelos órgãos clientes do MNI deverão ser reportados aos respectivos Tribunais Regionais do Trabalho somente após o órgão cliente certificar-se de que o incidente não foi ocasionado pelo seu sistema/infra, seguindo assim o fluxo normal de sustentação do PJe;
- 23. Problemas e/ou novas demandas identificadas pelos órgãos clientes do MNI deverão ser reportados no sistema de controle de demandas disponibilizado pelo CJST;
- 24. As regras omitidas ou não citadas explicitamente neste documento devem ser abstraídas dos documentos de definição do MNI.

Anexo II MODELO DE TERMO DE ADESÃO

Termo de Adesão do TST/Tribunal Regional do Trabalho da ____ ^a Região e a CAIXA ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Superior da Justiça do Trabalho e a Caixa Econômica para implantação dos serviços interoperabilidade entre o Sistema Processo Judicial Eletrônico instalado na Justiça do Trabalho (PJe), o Portal Jurídico utilizado pela CAIXA e o Sistema AGU de Inteligência Jurídica (Sapiens/SUPP), implementação na CAIXA.

O ISI/Tribunal Regional do Trabalho da Regiao, com sede, neste ato
representado por, [qualificado], e a CAIXA, com sede, neste
ato representada por, [qualificado], RESOLVEM, por meio do presente
termo, aderir ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Superior da
Justiça do Trabalho e a Caixa Econômica Federal para a implantação dos serviços de
interoperabilidade entre o sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho
(PJe), o Portal Jurídico utilizado pela CAIXA e o Sistema AGU de Inteligência Jurídica
(Sapiens/SUPP), em implementação na CAIXA, oportunidade em que se comprometem a
cumprir fielmente as regras, os procedimentos e os objetivos presentes naquele Acordo.
O TST/Tribunal Regional do Trabalho daa Região providenciará a publicação
deste Termo de Adesão, em extrato, no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, de
acordo com o que autoriza o art. 4º da Lei n.º 11.419, combinado com o parágrafo único
do art. 54, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021, cientificando o Conselho Superior da Justiça do
Trabalho e a Caixa Econômica Federal.
E, por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente Termo de Adesão, para que produza os efeitos jurídicos e legais.
[Localidade, data]
Representante do TRT ^a Região
Representante da CAIXA
Documento assinado eletronicamente por CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE
JENIER, Usuário Externo, em 15/07/2025, às 16:32, conforme horário oficial de
Brasília, com fundamento no inciso I do art. 4º da Lei nº 14.063, de 23 de
setembro de 2020.
Documento assinado eletronicamente por ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA ,
PRESIDENTE, em 16/07/2025, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com
fundamento no inciso I do art. 4º da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.
■多新新 国
A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tst.jus.br/sei/controlador_ext
erno.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código
海上り配送 verificador 1157775 e o código CRC 571F63AA .

6001259/2025-00 1157775v32